

De Fortaleza-CE para Maricá-RJ, 23 de fevereiro de 2024

ASSUNTO: EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2023

Processo Administrativo 16512/2023

Ilmos. Srs.

Membros da Comissão Permanente de Licitação

C/C

Ilmo. Sr. Joab Santana de Carvalho

Controlador-Geral do Município de Maricá-RJ

Ilmo. Sr. Fabrício Porto

Procurador-Geral do Município de Maricá-RJ

Ilma. Sra. Andrea Cunha

Secretária de Economia Solidária de Maricá-RJ

Prezados senhores,

Considerando a publicação do Edital da Concorrência Pública nº 05/2023, foram constatadas consideráveis omissões, contradições e desconformidades que precisam ser esclarecidos e dirimidos, nos termos do item 8.5.1., motivos pelos quais solicitamos sua imediata suspensão.

1. CONSIDERAÇÕES

1.1. O Objeto da Concorrência Pública, constante do preâmbulo e do item 4.1. do edital; da descrição do ANEXO DE ORÇAMENTO ESTIMADO, e do objeto do termo de referência é:

“Contratação de empresa ou instituição financeira, instituições sem fins lucrativos, qualquer instituição que seja formalizada no cadastro nacional de pessoa jurídica que possam atender ao objeto licitado, doravante, simplesmente instituição, especializada na prestação de serviços de transferência, pagamentos e demais movimentações em Moeda Social - Mumbuca, a fim de apoiar a Secretaria de Economia Solidária de Maricá/RJ na implementação da Política de Economia Popular Solidária.”

1.2. Um primeiro ponto a ser destacado é que a política de Economia Popular e Solidária do Município de Marica está apresentada na Lei nº 2.448, de 26 de junho de 2013, Lei nº 2.652, de 15 de dezembro de 2015 e na Lei nº 2.641, de 11 de dezembro de 2015, todas essas citadas no Edital de Concorrência Pública (p. 57). Porém, **não existe amparo na legislação municipal** para que Empresas e Instituições Financeiras possam apoiar ou executar o Programa de Economia Solidaria do município, senão vejamos:

Lei 2.652 - Art. 1-V

§ 1º Para a implantação e operacionalização das Unidades operacionais do Banco Comunitário Popular de Maricá, previstas no inciso II deste artigo, o Poder Público poderá celebrar convênios com **Organizações da Sociedade Civil**, certificada por entidade membro Rede Brasileira de Bancos Comunitários, garantindo-lhes o aporte financeiro e estrutural para o seu funcionamento.

§ 2º Para a implementação desta Política Pública e a implantação das Unidades Administrativas, previstas no inciso IV, o Poder Público poderá contar com a cooperação e apoio formal de Universidades e de demais entidades de ensino, bem como de outras instituições governamentais ou não governamentais.

1.3. Ademais, não faz sentido prever a participação de instituições financeiras, pois os serviços prestados por essas não guardam nenhuma relação com o OBJETO da licitação, tampouco com a política pública de Economia Solidária de Maricá. O objetivo da lei municipal é a promoção, apoio ou fomento e fortalecer as finanças solidárias em suas várias modalidades, e não a contratação de empresas e instituições financeiras voltadas para o lucro de mercado, senão vejamos:

Lei 2.652 - Seção 2 – Objetivos – VIII

Apoiar instrumentos de Finanças Solidárias, bancos comunitários, moedas sociais, fundos solidários e cooperativas de crédito, promovendo o acesso a serviços financeiros e bancários com base na Economia Popular e Solidária:

1.4. Pior, o edital acaba por impor, de forma desnecessária, a execução de serviços que só seriam possíveis por Instituições Financeiras de Mercado, desvirtuando a política de economia solidária do município. Basta observar os produtos e serviços exigidos no Termo de Referência, abaixo descritos, para vislumbrar o risco de direcionamento da Concorrência Pública para empresas que oferecem serviços com interesse meramente mercantil, sem recorte territorial.

Produtos e serviços (Página 17)

- 10.4.6.3.1 Conta digital: Uma conta bancária acessível e gerenciável online.
- 10.4.6.3.2 Extrato Detalhado: Registro detalhado das transações financeiras da conta.
- 10.4.6.3.3 Comprovantes: Documentos que confirmam transações ou operações realizadas.
- 10.4.6.3.4 Chave de Acesso à Internet Banking: Código de acesso para entrar na plataforma de internet banking.
- 10.4.6.3.5 TED (Transferência Eletrônica Disponível): Transferência de dinheiro entre contas de bancos diferentes.
- 10.4.6.3.6 PIX: Sistema de pagamentos instantâneos disponível 24/7.
- 10.4.6.3.7 Transferências Internas: Transferências de dinheiro entre contas dentro do mesmo banco

10.4.6.3.8 QRCode para Pagamentos e Recebimentos: Código de barras bidimensional usado para facilitar pagamentos e recebimentos.

10.4.6.3.9 Pagamento de Contas: Possibilidade de pagar contas diretamente pela plataforma.

10.4.6.3.10 Pagamento de Boletos: Pagamento de boletos bancários por meio da plataforma.

10.4.6.3.11 Cobrança: Recurso para criar e gerenciar cobranças e faturas.

10.4.6.3.12 Pagamento na modalidade crédito: Cartão que viabilize operações de crédito nas máquinas convencionais.

10.4.6.3.13 Saque Banco 24h: Retirada de dinheiro em caixas eletrônicos de redes específicas.

10.4.6.3.14 Saque na Rede Credenciada: Retirada de dinheiro em estabelecimentos credenciados.

10.4.6.3.15 Portabilidade de Salário: Transferência da conta salarial para outro banco.

10.4.6.3.16 Moeda Social: Moeda virtual usada em plataformas sociais.

10.4.6.3.17 Cofre Inteligente: Serviço de segurança para proteger bens valiosos.

10.4.6.3.18 Cartões de Crédito Pré-Pago: Cartões com saldo pré-carregado para uso.

10.4.6.3.19 Cartões de Crédito Pós-Pago: Cartões com limite de crédito para uso imediato.

11.4.9 Página 22

1. Recargas: Recarga de créditos para telefonia, jogos, serviços de transporte (Uber), delivery (iFood), entre outros.

2. Indique um Amigo: Programa que recompensa os clientes por indicarem novos clientes.

3. Seguro Pet: Oferta de seguro para animais de estimação. / Seguro celular portáteis/ Seguro Viagem / Seguro Saúde Protegida / Seguro Residencial

4. Investimentos: Opções para investir dinheiro visando retorno financeiro.

5. Capital de Giro: Crédito para financiar as operações de uma empresa.

6. Crédito Consignado: Empréstimo com pagamento deduzido diretamente do salário.

7. Crédito Imobiliário: Empréstimo para aquisição de imóveis.

8. Conta Garantida: Linha de crédito pré-aprovada para situações emergenciais.

9. Home Equity: Empréstimo usando um imóvel como garantia.

10. Aquisição de Imóveis: Assistência no processo de compra de imóveis.

11. Antecipação de Recebíveis: Adiantamento de pagamentos futuros.

12. Vale Salarial: Adiantamento do salário a ser recebido.

13. Limite Emergencial: Crédito disponível em situações de emergência.

14. Carnê Digital: Versão digital de carnês de pagamento parcelado.

15. Microcrédito Digital: Empréstimos de pequeno valor realizados digitalmente.

16. Cartões de Benefícios: Cartões que oferecem vantagens e descontos específicos.

17. Consórcio: Modalidade de compra parcelada em grupo.

18. Assistências de Saúde, Proteção e Serviços: Ofertas de serviços de saúde, proteção e outros benefícios.

19. Odontologia: Serviços odontológicos.

20. Telemedicina: Consultas médicas remotas.

21. CashBack: Recompensa em dinheiro por compras realizadas.

22. Clube de Vantagens: Programa de benefícios para clientes.

23. USDT: Tether, uma criptomoeda atrelada ao valor do dólar americano.

24. Câmbio: Serviços relacionados à troca de moedas estrangeiras.

1.5. Boa parte desses serviços, como o câmbio em moeda estrangeira, cartão de crédito, consórcio, seguro, poupança, rendimento são serviços específicos de bancos comerciais ou instituições financeiras, autorizadas e reguladas pelo Banco Central. A exigência (e/ou pontuação) de tais serviços desequilibra o edital por excluir completamente a possibilidade de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) em executá-las tendo em vista o marco regulatório do país. Prejudica, senão exclui, organizações sociais do campo da economia solidária com especialidade em Moeda Social, privilegiando e direcionando o edital para instituições financeiras.

1.6. Diante desse cenário, várias perguntas podem ser feitas, sem que nenhuma delas possua uma resposta no edital:

a - A Prefeitura de Maricá pretende executar produtos específicos do mercado financeiro, criando para si uma espécie de “banco comercial numa lógica de mercado”? Em sendo verdade, qual relação tem essa ação com a economia solidaria e em que marco legal do País se abrigaria tal banco?

b - A Prefeitura está realizando uma “espécie de concessão” para uma instituição financeira explorar o mercado de Maricá oferecendo serviços e produtos financeiros para pessoas físicas e jurídicas, com objetivo de lucro? Faz sentido que tal concorrência seja lançada pela Secretaria de Economia Solidaria, uma vez que não objetiva a execução da política pública de economia solidaria do município? Nesse caso, o correto não seria a instituição financeira fazer uma oferta para o município?

c - A Prefeitura está buscando a prestação de serviço de uma instituição para pagamento de seus programas sociais, benefícios e auxílios em moeda social Mumbuca, bem como a execução da política pública de economia solidaria do município? Se é assim, por que o edital estabelece exigências de serviços financeiros completamente adversos a finalidade da moeda social, como poupança, rendimento, caixa 24 horas, pagamentos de recebíveis, criptomoedas em dólar e outros serviços financeiros?

1.7. Importa destacar que a Concorrência Pública não deixa claro se os serviços financeiros elencados serão realizados todos em moeda social. Pela natureza dos mesmos e o marco regulatório do país, a resposta obrigatoriamente será negativa. Por óbvio, mais uma vez, fica desconectado os serviços solicitados pelo Edital com os objetivos do Programa de Economia Solidaria do Município descrito na Lei nº 2.448, de 26 de junho de 2013; Lei nº 2.652, de 15 de dezembro de 2015 e Lei nº 2.641, de 11 de dezembro de 2015.

2. Outro ponto de atenção é que o Edital de Concorrência Pública também não estabelece a destinação dos excedentes oriundos dos serviços financeiros a serem ofertados, como, taxas,

tarifas, juros, comissões, spread, cambio, aplicações, rendimento e tantos outros oriundos da larga oferta de serviços financeiros previstos. Se o excedente financeiro não tem utilidade social e nem retornam para o município para apoio as diversas atividades de economia solidaria, sequer podem ser considerados Moeda Social, pois esta não objetiva lucro, nem permite a acumulação privada da riqueza.

3. **Ademais, não foi anexado à Concorrência Pública qualquer estudo técnico prévio que justifique a exigência das especificidades da linguagem a ser utilizada pelo sistema tecnológico.**

Em outras palavras: baseado em que a plataforma precisa ter exatamente as linguagens e requisitos solicitados? Se não é objeto da Concorrência Pública a “contratação de software” e sim o serviço de pagamento, por que qualquer plataforma que ofereça os serviços previstos não pode concorrer?

4. Vale destacar que, no ponto 7.1.3.1.2 do Termo de referência, ficou estabelecido como tarefa da vencedora do certame a *“Fiscalização e acompanhamento do cadastro do beneficiário”*. Como o Cadastro de beneficiários é legalmente uma ação específica da Prefeitura, **como seria possível atribuir a atividade de fiscalização de tal cadastro à vencedora do certame?**

5. Foi identificado, ainda, que o incentivo a “poupança e modalidades de rendimentos”, previstas no ponto 7.1.3.4.2 do Termo de Referência (página 64), é contraditório e incompatível com o objeto da Concorrência Pública que busca o fortalecimento da moeda social Mumbuca. A moeda social prima pela “circulação” e não pelo “rentismo” ou “vantagens pela guarda do dinheiro”. Ademais, a captação de recursos no mercado para “poupança” é atividade específica de instituições financeiras, não permitido para Organizações da Sociedade Civil (OSC). **Portanto, mais uma vez, o Edital se direcionada para serem vencidos por instituições financeiras ou empresas de mercado, prejudicando a concorrência de Organizações da Sociedade Civil (OSCC), e se afastando do OBJETO das Leis que criaram a economia solidária.**

6. No ponto 13.2 do Termo de Referência, está escrito que *“somente poderão participar da licitação as empresas legalmente constituídas e estabelecidas anteriormente à data de abertura do presente certame, com objeto social pertinente e compatível com o objeto do certame, e que*

atenderem as exigências do edital”. Ora, seria possível a participação de “Organizações da Sociedade Civil” legalmente constituídas e estabelecidas após a abertura do certame?

7. O ponto 15.4 do Termo de Referência desobriga a empresa concorrente possuir o software de serviços digitais, podendo contratar outra empresa para tal serviço, vejamos:

“Considerando-se todas as exigências previstas no ponto 15.3 do presente Termo de Referência, a presente iniciativa não possui como obrigatoriedade o manejo de software próprio por parte da empresa proponente. Entretanto, o contrato com a fornecedora de serviços digitais deve estar vigente no ato da apresentação das propostas e durante todo o período do contrato – grifo nosso”

7.1. Como se lê acima, a empresa vencedora poderá “terceirizar” os serviços digitais, que representam, por óbvio, a maior parte do serviço a ser oferecido. Nesta situação teríamos claramente uma **terceirização do próprio “OBJETO” da concorrência pública**. Vale repetir que o objeto da Concorrência é a *“Contratação de empresa ou instituição financeira especializada na prestação de serviços de **transferência, pagamentos e demais movimentações** em Moeda Social – Mumbuca”*. Evidente que transferências, pagamentos e movimentações se fazem através da plataforma digital, que é elemento chave para o alcance do objeto. Logo, não é razoável aceitar que a instituição concorrente não a possua e possa contratar um terceiro para realmente operar praticamente de forma integral o serviço contratado.

7.2. Como não é feita qualquer exigência quanto a natureza solidaria e social da possível empresa “subcontratada”, qualquer banco comercial, instituição financeira de grande porte nacional ou internacional, offshores, bandeiras famosas de cartão de crédito podem se tornar a operadoras da moeda Social Mumbuca.

7.3. Despreza-se, assim, completamente o ciclo da moeda social em Marica e a construção que foi feita ao longo dos últimos anos. A exigência de expertise em moeda social e Economia Solidaria largamente exigida na concorrência pública ficam completamente prejudicadas e irrelevantes, com a possibilidade de uma grande empresa de mercado, sem nenhum histórico com a Economia

solidaria e as moedas sociais, ser o verdadeiro operador do OBJETO DA LICITAÇÃO, simplesmente subcontratando um “operando por baixo” da entidade vencedora.

7.4. Portanto, **parece ser um critério inaceitável que aponta para qualquer possibilidade e desconfigura o objeto da concorrência pública, além de desdenhar das leis municipais de economia solidaria do município de Maricá, que defendem de forma incontestada que a moeda social seja operada por instituições de finanças solidárias.**

8. Na esteira do que foi dito acima, o ponto 8.2 do termo de Referência (pág. 65) afirma:

“A utilização de plataformas de pagamentos móveis, quando utilizadas, deve estar em conformidade com a lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013 e Resolução nº 4.282, de 04/11/2013, do Banco Central do Brasil”

8.1. Essa é a lei que institui no Brasil os “Arranjos de Pagamentos” e deixa claro que o proprietário da plataforma digital é um “Instituidor do Arranjo”, ou seja, o responsável direto pelas contas digitais, pagamentos, transferências e todas movimentação financeiras realizadas pela plataforma.

8.2. Então, não resta dúvida que a empresa/instituição detentora do software/plataforma digital será, de fato e de direito, prática, a OPERADORA DA MOEDA MUMBUCA e executora da grande maioria dos serviços descritos na Concorrência Pública.

8.3. Por tudo detalhado nos pontos acima, **mesmo no caso de ser permitida a terceirização do software/plataforma digital, deveria recair sobre a empresa/instituição proprietária da ferramenta tecnológica, as mesmas exigências requeridas para a concorrente**, quais sejam: expertise comprovada em moeda social e economia solidaria, experiencia na implantação de moedas sociais e/ ou bancos comunitários digitais, comprovação e compromisso em reinvestir no município os excedentes sociais, destinação para um fundo público das riquezas (taxas e correlatos), impossibilidade de distribuição societária de possíveis lucros. E outros

9. Por fim, anota o Edital, em seu item 2.1., que a licitação e o contrato que dela resultar serão **regidos pelas disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores**, pelo Decreto Municipal 158/2018, pela Lei Complementar n.º 101/2000, Lei Complementar 123/2006, e demais normas aplicáveis à espécie.

9.1. Nesse ponto, é imperioso destacar que **existem 59 disposições ainda mencionado, irregularmente, a revogada Lei nº 8.666/93**. É o caso dos itens 5.1., 7.10., 8.3. D, 10.3. A e B, 10.3.4.2., 10.3.11., 13.4.3., 13.4.5., 14.1., 16.1., 16.1.2., 17.3.1., 17.5., 18.1., 18.2., 19.5., 22.2.1., 22.5., 22.7., 22.10, declarações constantes dos anexos, inclusive do Termo de Referência.

9.2. Para piorar, é possível identificar diversos **procedimentos incompatíveis com a Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021**. Entre as violações constantes do edital, verificamos as seguintes:

a) o edital não assegura tratamento isonômico entre os licitantes, bem como uma justa competição, considerando que permite a competição entre organizações sem fins lucrativos e empresas com intuito de lucro, em flagrante violação do **art. 11, II, da Lei nº 14.133/2021**.

b) o edital viola o **art. 11, III, da Lei nº 14.133/2021**, ao tentar privilegiar o uso de serviços financeiros tradicionais, deixando de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

c) o edital viola o **art. 17, § 2º**, por não constar a motivação pela qual a licitação não ocorrerá sob a forma eletrônica, muito menos prevê a obrigação da sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

d) viola o **art. 18, IX**, ao não prever a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

e) viola o **art. 18, X**, ao não prever a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

f) viola o **art. 18, § 1º, I a XI**, em razão de não se evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, contendo os seguintes elementos: descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público; demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; requisitos da contratação; estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar; estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; justificativas para o parcelamento ou não da contratação; demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual; contratações correlatas e/ou interdependentes;

g) o edital viola o **art. 25, § 4º**, ao não prever que a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.

h) viola o **art. 36, § 1º, II e III**, ao não prever que o critério de julgamento por técnica e preço seria o escolhido em razão de o estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação; e bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;

i) viola o **art. 38**, ao não exigir que a pontuação devida à capacitação técnico-profissional (item 11.4.4.) exija que a execução do respectivo contrato tenha participação direta e pessoal do profissional correspondente.

2. REQUERIMENTO

Diante de todo o exposto e levando em consideração a publicação do Edital da Concorrência Pública nº 05/2023, segue o presente para requerer a **suspensão** imediata do cronograma do referido certame, bem como sejam, na forma do item 8.5.1., **sanadas as omissões, contradições e desconformidades** apresentadas nos itens anteriores.

Nestes termos,

Pede deferimento.

De Fortaleza-CE para Maricá-RJ, 23 de fevereiro de 2024



FABRÍCIO WAGNER MORENO DE OLIVEIRA

OAB/RJ nº 150.109

Assinatura por procuração